

A Cidade. Os Cantos e os Antros, de Roberto do Amaral Lapa. São Paulo, Edusp, 1996

Valter Martins *

José Roberto do Amaral Lapa é dessas pessoas cuja inquietude intelectual levou a produzir muitos e variados livros, numa contribuição que se pode medir em termos de uma obra construída como se constrói o que chamamos de conhecimento histórico – aos poucos, por partes. Antes, dedicou-se principalmente ao estudo do Brasil colonial – ora navegando entre Lisboa, Bahia de todos os santos e Índia, em naus mercantes portuguesas, ora preocupado com os desventurados inquiridos do Santo Ofício no Grão Pará. Esses temas distintos acabaram por inspirar outros pesquisadores. Depois de percorrer lugares e tempos distantes e discutir a historiografia brasileira contemporânea (*História e Historiografia: Brasil pós 64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.), entre outros assuntos, Amaral Lapa encontrou um outro motivo de desassossego, que resultou em seu mais recente livro, *A cidade. Os cantos e os antros*. Nele, a cidade de Campinas é mais do que um objeto de estudo. Na verdade, é personagem principal e cenário, com certeza bem conhecido do autor, habitante local que por capricho de sua história de vida ali nasceu.

Estudar a cidade onde se mora e onde se nasceu pode aparentar ser tarefa mais fácil. Mas não é bem assim, especialmente quando a proposta é voltar a um passado em que as mudanças foram tantas e tão significativas. Nesse estudo, situado entre 1850 e 1900, com direito a referências também a períodos anteriores e posteriores, Amaral Lapa busca perceber como a cidade imperial, que guardava ainda um desenho urbano colonial e hábitos

* Doutorando em história social pela Universidade de São Paulo.

senhoriais, recebeu e reagiu às primeiras insinuações de modernização, acelerada a partir dos anos 1870, marcando a chegada da ordem burguesa que envolveu escravos e livres, monarquistas e republicanos.

A inauguração dos “tempos modernos” em Campinas, para o autor, tem como símbolo maior o teatro São Carlos (1850). Tempos esses que chegaram devagarinho, estendendo-se pela economia, sociedade, política, mentalidades e sentimentos estéticos. Ser moderno era ser “aboliconista, imigrantista, amante do progresso, higiênico e republicano” (p. 19), mesmo que a cidade se enfeitasse e iluminasse para receber o Imperador.

Naquele período, a aristocracia cafeeira se transformou em alta burguesia, ainda cafeeira, mas também comercial e industrial. E foi justamente a rápida acumulação de capital gerada pelo café que possibilitou a Campinas experimentar suas maravilhas e agruras – ou as contradições que lhe são inerentes. Esse único produto, apreciado desde os mais finos ambientes de Paris até os infectos bairros operários londrinos, interligou Campinas e outras cidades do planalto paulista ao resto do mundo, ou pelo menos, ao mundo que interessava: Europa e Estados Unidos. Tal conexão tornou-se ainda mais rápida e viável com as estradas de ferro, das quais a cidade se tornou muito bem servida, para não mencionar os bondes puxados por burros, uma necessidade criada com o crescimento urbano.

O autor descreve minuciosamente como a cidade aos poucos vai se redesenhando e reaparelhando, reordenando a si mesma e, de roldão, a vida de seus habitantes. Surgem novas ruas, calçamento, iluminação a gás; o trabalho e a diversão podiam ser prolongados. A gente “bacana” de Campinas, como diria Amaral Lapa, foi a segunda no mundo a poder namorar por telefone, e uma das primeiras no Brasil a chupar balas de alcaçuz no escurinho do cinematógrafo.

Essas grandes melhorias urbanas da segunda metade do século XIX tiveram, segundo Amaral Lapa, decisiva participação do capital privado, de liberais, conservadores e republicanos, em associação com o poder público, sempre às voltas com a escassez de verbas. Os fazendeiros diversificavam seus investimentos e sua própria cidade se apresentava como bastante

promissora aos negócios. De seus elegantes sobrados, muitos deles com o traço de renomados arquitetos, a ordem senhorial acabou sendo absorvida pela racionalidade burguesa, o que originou um outro estilo de vida que desabonava seu antecessor, mas que por vezes conseguia apenas ocultá-lo. A cidade onde todos se conheciam passou a ser marcada pela impessoalidade, mesmo com o aumento de seus espaços públicos. Muitos, para saber das notícias locais, passaram a ler os jornais, que traziam também fatos de mais alta relevância como assassinatos e incêndios ocorridos na Rússia ou em Madagascar. O comércio da cidade denunciava que ali vivia gente “que podia”, e que tinha bom gosto. Vinhos do Porto, Madeira, Chianti; queijos do reino, presuntos de York, cervejas alemãs e charutos cubanos; modelitos franceses para moças casadoiras, sóbrios costumes ingleses envergados por barões de bem com a vida, pianos, cartões postais e de visita. Deleites atuais há cem anos atrás.

Mas havia algo errado nesse paraíso: as maravilhas da civilização não chegavam a todos. A maioria pobre e marginalizada fazia suas humildes compras nos mercados ou junto a quitandeiras e mascates, num comércio que preocupava os bons homens da Câmara que buscavam regulamentá-lo e controlar os movimentos, nem sempre cordatos, nem sempre higiênicos, dessa população. Mudanças se faziam prementes, mas o inevitável preço do progresso exigia, principalmente dos pobres, continuamente na mira da polícia, deslocamento e confinamento espacial. As posturas municipais ganhavam cada vez mais artigos detalhados, em seu desejo de disciplinar e padronizar espaços públicos e privados e as vidas na cidade, e de fazê-la mais bela e perfumada. Era imperioso livrar Campinas dos miasmas deletérios e dos atentados contra sua saúde e beleza. Assim, praças foram arborizadas e ganharam quiosques, córregos foram canalizados e saneados, brejos drenados, lixo recolhido regularmente, poços e fossas entulhadas, introduzidos a água encanada e os esgotos, cemitérios e suas emanções mefíticas banidos para a periferia. Os desígnios higiênicos da nova salubridade incomodaram e indignaram muita gente, mas sua resistência sucumbiu diante do medo que assaltava uma população atormentada por

sucessivas e variadas epidemias. Vacinação obrigatória, visitas da temida polícia sanitária, cotidianos e lares devassados, para o bem da frágil saúde pública. E nessa terra marcada pela varíola e, depois, pela febre amarela, a caridade de ricos e pobres, com as bênçãos da Câmara Municipal, ergueu hospitais e asilos em benefício dos esquecidos da sorte. Longe da mera coincidência, esses eram na maioria escravos e ex-escravos, aos quais se proporcionava abrigo, alimento, cuidados médicos e até mesmo uma sepultura mais ou menos cristã.

Assim, Amaral Lapa apreende uma dupla vida da cidade: a dos cantos – do *beautiful people*, lido, viajado e atualizado com as novidades chegadas no último pacote da Europa ou Estados Unidos – e a dos antros que se desejava esconder – dos feios, sujos e malvados, que viviam na penúria, discriminados na vida e na morte, para quem os produtos saborosos e brilhantes expostos nas lojas de nomes estranhos, estrangeiros, eram coisas de um outro mundo. Amaral Lapa conclui seu estudo ao encontrar, no limiar do século XX, uma Campinas transfigurada em suas razões e sensibilidades, que jamais seria a mesma, ainda convalescendo das epidemias de febre amarela dos anos anteriores.

Para realizar tão vasto painel do cotidiano campineiro, o autor revisitou antigos cronistas da cidade e utilizou diversas fontes primárias tais como posturas municipais, correspondência da Câmara Municipal, relatórios de intendentess, almanaques, jornais, entre outras, apresentando seus resultados ao longo de generosos 15 capítulos ricos em informações. Neles, a cidade de Campinas é servida quente, bem temperada e sem monotonia, capaz de satisfazer ao paladar exigente de acadêmicos e leigos.